

Desinformação sobre os métodos contraceptivos e o seu impacto na gravidez de adolescentes

Misinformation about contraceptive methods and their impact on teenage pregnancies

Desinformación sobre los métodos anticonceptivos y su impacto en los embarazos adolescentes

Recebido: 03/05/2023 | Revisado: 10/05/2023 | Aceitado: 11/05/2023 | Publicado: 15/05/2023

Jade Victoria Andrade Morais

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5413-1271>

Faculdades Santo Agostinho, Brasil

E-mail: jademorais1@hotmail.com

Luane Santos Dias Vieira Souza

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7238-6942>

Faculdades Santo Agostinho, Brasil

E-mail: luanesvieiras@gmail.com

Mirtes Guimarães Souza

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2007-1951>

Faculdades Santo Agostinho, Brasil

E-mail: mirtes.souza@vic.fasa.edu.br

Resumo

A adolescência é um período marcado por mudanças, caracterizando a passagem da infância para a idade adulta. Juntamente com essa etapa, a sexualidade apresenta-se como um componente importante para a identidade do adolescente e o seu exercício pode ser marcado por descobertas e conflitos. O trabalho apresentado teve como propósito realizar uma revisão bibliográfica buscando investigar a associação entre ocorrência de gravidez na adolescência e o desconhecimento sobre sexualidade e utilização de métodos contraceptivos disponíveis no Brasil e dar visibilidade aos fatores facilitadores quanto à ocorrência de gravidez precoce. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, na qual o levantamento bibliográfico foi realizado através do Portal de Periódicos da CAPES no período entre fevereiro e março de 2023. Após a leitura completa dos 26 artigos, considerando os critérios de elegibilidade, foram excluídos 19, que não apresentavam métodos e/ou resultados adequados para esta revisão, sendo escolhidos 6 artigos para a revisão integrativa. Considerando-se que a gravidez precoce é um enorme desafio de saúde pública e que causa grande impacto psicológico e socioeconômico, conclui-se que os objetivos do estudo foram alcançados, quanto à observação dos fatores impactantes para uma gravidez na adolescência. A falta de conhecimento sobre sexualidade e sobre os benefícios e mitos dos métodos anticoncepcionais na adolescência, aconselhamento inadequado, baixo nível socioeconômico, filhas de mulheres que foram mães adolescentes, tabus socioculturais, restrições legais, atitudes moralistas quanto a sexualidade, estão relacionados à gravidez precoce, associados às vulnerabilidades dessa fase da vida.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Anticoncepção; Sexualidade.

Abstract

Adolescence is a period marked by changes, characterizing the transition from childhood to adulthood. Together with this stage, sexuality is an important component of the adolescent's identity and its exercise can be marked by discoveries and conflicts. The purpose of the work presented was to carry out a bibliographical review seeking to investigate the association between the occurrence of pregnancy in adolescence and lack of knowledge about sexuality and the use of contraceptive methods available in Brazil and to give visibility to the facilitating factors regarding the occurrence of early pregnancy. This is an integrative literature review, in which the bibliographic survey was carried out through the CAPES Portal de Periódicos in the period between February and March 2023. After the complete reading of the 26 articles, considering the eligibility criteria, 19 were excluded, which did not present suitable methods and/or results for this review, and 6 articles were chosen for the integrative review. Considering that early pregnancy is a huge public health challenge and that it causes a great psychological and socioeconomic impact, it is concluded that the objectives of the study were achieved, regarding the observation of impacting factors for a teenage pregnancy. Lack of knowledge about sexuality and about the benefits and myths of contraceptive methods in adolescence, inadequate counseling, low socioeconomic status, daughters of women who were teenage mothers, sociocultural taboos, legal restrictions, moralistic attitudes towards sexuality, are related to early pregnancy, associated with the vulnerabilities of this phase of life.

Keywords: Pregnancy in adolescence; Contraception; Sexuality.

Resumen

La adolescencia es un período marcado por cambios, caracterizando la transición de la niñez a la edad adulta. Junto a esta etapa, la sexualidad es un componente importante de la identidad del adolescente y su ejercicio puede estar marcado por descubrimientos y conflictos. El trabajo presentado tuvo como objetivo realizar una revisión bibliográfica buscando investigar la asociación entre la ocurrencia del embarazo en la adolescencia y el desconocimiento sobre la sexualidad y el uso de métodos anticonceptivos disponibles en Brasil y visibilizar los factores facilitadores de la aparición de embarazo precoz. Se trata de una revisión integradora de la literatura, en la que se realizó el levantamiento bibliográfico a través del Portal de Periódicos de la CAPES en el período comprendido entre febrero y marzo de 2023. Luego de la lectura completa de los 26 artículos, considerando los criterios de elegibilidad, se excluyeron 19, que no presenta métodos y/o resultados adecuados para esta revisión, y 6 artículos fueron elegidos para la revisión integradora. Considerando que el embarazo precoz es un gran desafío de salud pública y que provoca un gran impacto psicológico y socioeconómico, se concluye que se cumplieron los objetivos del estudio, en cuanto a la observación de factores impactantes para un embarazo adolescente. Desconocimiento sobre la sexualidad y sobre los beneficios y mitos de los métodos anticonceptivos en la adolescencia, consejería inadecuada, nivel socioeconómico bajo, hijas de mujeres que fueron madres adolescentes, tabúes socioculturales, restricciones legales, actitudes moralistas hacia la sexualidad, se relacionan con el embarazo precoz, asociado con las vulnerabilidades de esta fase de la vida.

Palabras clave: Embarazo en adolescencia; Anticoncepción; Sexualidad.

1. Introdução

A adolescência é um período marcado por mudanças, caracterizando a passagem da infância para a idade adulta e possui características biológicas, psicológicas e sociais próprias (Diniz, 2010). Juntamente com essa etapa, a sexualidade apresenta-se como um componente importante para a identidade do adolescente, e o seu exercício pode ser marcado por descobertas e conflitos, decorrentes de episódios de vulnerabilidades, como: gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis (IST), violência sexual, entre outros, com sério impacto na saúde sexual e reprodutiva (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia [FEBRASGO], 2020).

Além das mudanças e das crises existentes na adolescência, o evento de uma gravidez não planejada pode desencadear efeitos sociais e psicológicos na vida dessas pessoas, especialmente para o gênero feminino (Taborda et al., 2014; Duarte et al., 2018). É inegável o fato de que fatores como falta de autoestima, de perspectiva e dificuldade de relacionamento familiar funcionam como facilitadores da gravidez precoce, salientando-se sob esse aspecto, a falta de informação sobre sexualidade (Cabral et al., 2020; Ribeiro & Alves, 2022). Nesse sentido, constata-se que os baixos níveis educacionais estão diretamente relacionados com as altas taxas de prevalência da gestação em adolescentes (Diniz, 2010; Assis et al., 2022).

O conceito de adolescência no campo da saúde, definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), delimitam a adolescência à segunda década de vida (período dos 10 aos 19 anos). No campo jurídico, o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), marco jurídico-normativo, estabelece a adolescência como o período de vida dos 12 (doze) aos 18 (dezoito) anos de idade e a Lei nº 12.852/2013 que instituiu o Estatuto da Juventude (dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude) e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, Lei nº 12.852 (2013), em seu Art. 1º, § 1º, considera juventude, as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. O Código Civil Brasileiro determina maioridade e imputabilidade aos 18 anos (Eisenstein, 2005).

Segundo dados do Sistema de Informação de Nascidos Vivos do Governo Federal (SINASC), o número de mães na adolescência, com idades entre 10 e 19 anos, diminuiu, em média, 18% no Brasil, de 2018 a 2020, tendo sido registrados em 456,1 mil em 2018, enquanto em 2020 ocorreram 380,7 mil gestações. Ocorrendo uma redução de 31% em comparação com 2010 (552.630 registros). Entretanto, mesmo com a diminuição, o Brasil continua apresentando um alto índice de nascimentos de crianças filhas de mães entre 15 e 19 anos, de modo que ao se comparar com a média mundial, na qual a taxa é estimada em 46 nascimentos por cada 1 mil meninas, no Brasil estão estimadas 68,4 gestações nesta fase da vida (Ministério dos Direitos

Humanos e da Cidadania, 2022).

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica buscando investigar a associação entre a ocorrência de gravidez na adolescência e o desconhecimento sobre sexualidade e utilização de métodos contraceptivos disponíveis no Brasil e dar visibilidade aos fatores facilitadores quanto à ocorrência de gravidez precoce.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método utilizado com o intuito de analisar e sintetizar estudos de forma ordenada contribuindo para o desenvolvimento e atualização do tema apresentado (Sousa, Marques-Vieira, Severino & Antunes, 2017).

De acordo com os critérios exigidos, a realização desta revisão seguiu as etapas propostas por Sousa et. al. (2017): identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa da literatura; interpretação dos resultados; apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Para o presente estudo, elaborou-se a seguinte questão norteadora: “quais os fatores impactantes à gravidez de adolescentes com desinformação sobre sexualidade e métodos contraceptivos?”

Para o levantamento bibliográfico, utilizou-se o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acervos científicos virtuais que apresentam o objetivo de democratização do acesso on-line à informação científica internacional de alto nível. Nesse sentido, o portal reúne bases de dados como: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e MEDLINE/PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A estratégia de busca foi elaborada com base em descritores combinados com operadores booleanos: (gravidez precoce) AND (adolescente OR adolescência) AND (contracepção) AND (sexualidade OR saúde sexual).

Para a análise dos artigos foram definidos os critérios de inclusão: artigos publicados entre 2019 e 2023, com acesso aberto e idioma português. Como critérios de exclusão estabeleceram-se: teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e artigos que não estejam disponíveis na íntegra de forma gratuita.

A coleta dos dados foi realizada no período entre fevereiro e março de 2023 e para mapeamento e seleção das fontes de dados foram seguidos os seguintes passos: i) identificação a partir da leitura de títulos e resumos; ii) seleção a partir da leitura completa dos artigos recuperados e critérios de elegibilidade; iii) inclusão dos artigos selecionados na revisão.

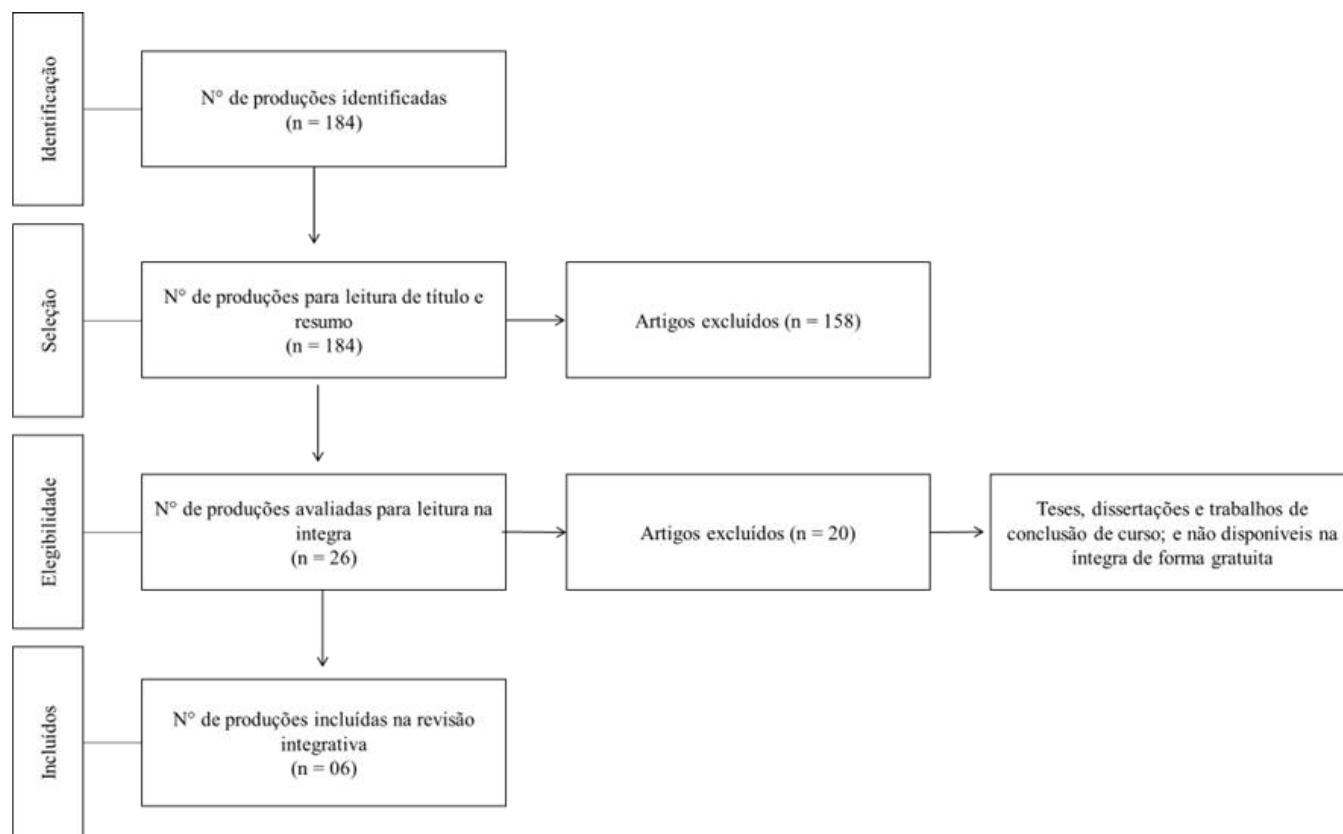
Para a síntese dos resultados foi elaborado um quadro com os tópicos: autor, ano de publicação, título, objetivo e base de dados ou revista publicada.

Este estudo utilizou exclusivamente dados secundários, anteriormente publicados, por isso, não foi necessária a submissão para aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

3. Resultados

Seguindo os filtros de seleção e descritores, resultou em um total de 184 artigos recuperados. Na primeira etapa de seleção foram excluídos 158 artigos após a leitura dos títulos e resumos que não estavam de acordo à proposta da questão norteadora e descritores. Após a leitura completa dos 26 artigos, considerando os critérios de elegibilidade, foram excluídos 19, que não apresentaram método e/ou resultados esperados para esta revisão. Ao final foram incluídos 6 artigos para a revisão integrativa (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos estudos.



Fonte: Morais et al. (2023)

O Quadro 1 resume os principais dados dos artigos analisados: autor e ano de publicação, título e objetivo.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos selecionados.

Nº	Autor / Ano	Título	Objetivo
1	Ferreira et al 2019	Sexualidade na Percepção de Adolescentes Estudantes da Rede Pública de Ensino: Contribuição para o Cuidado.	Discutir a percepção dos adolescentes acerca da sexualidade no espaço escolar
2	Figueiredo et at. 2019	Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: análise do estudo PeNSE, 2015.	Identificar a correlação entre saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e possíveis fatores de risco.
3	Pinheiro, Pereira & Freitas 2019	Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil.	Investigar os fatores associados à gravidez na adolescência.
4	Sehnm et al 2019	Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem.	Conhecer como é percebida e abordada a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes pelos enfermeiros na atenção primária à saúde
5	Costa et al. 2022	Vulnerabilidades sociais e iniciação sexual entre 10 e 14 anos em estudantes do município do Rio de Janeiro, Brasil.	Estimar a prevalência de iniciação sexual entre 10 e 14 anos, em estudantes do segundo ano do ensino médio da rede pública e privada da IX RA do município de Rio de Janeiro - RJ, e identificar subgrupos mais vulneráveis à situação.
6	Oliveira et al. 2022	Comportamento de adolescentes do sexo feminino acerca da utilização de preservativos.	Caracterizar o conhecimento e a prática acerca da utilização de preservativos por parte de adolescentes do sexo feminino, estudantes do ensino médio de uma escola da rede estadual do interior de Sergipe, Brasil.

Fonte: Morais et al. (2023).

Ferreira et al. (2019), ao considerar a presença da sexualidade em todas as fases da vida e fazendo parte da natureza humana pela busca do afeto e do prazer, através do contato e da intimidade, argumentam sobre a questão do tema sexualidade nas escolas em trabalho realizado através de um estudo descritivo e explorativo com 46 estudantes de escolas públicas do município de Macapá – AP, com a finalidade de discutir a percepção de adolescentes acerca da sexualidade no espaço escolar. Os resultados evidenciaram o desconhecimento dos adolescentes sobre sexualidade, saúde e reprodução, tendo dificuldade, inclusive, de conceituar sexualidade.

Em 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação realizaram a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) do referido ano, com escolares de 13 a 17 anos de idade, matriculados no 6º ao 9º ano do ensino fundamental e na 1ª a 3ª série do ensino médio de escolas públicas e privadas, situadas nas zonas urbanas e rurais de todo o território nacional, com o objetivo de investigar os fatores de risco e proteção à saúde dos adolescentes. A partir dos dados dessa pesquisa, Figueiredo et al. (2019) realizaram um estudo ecológico, no qual, perceberam que entre as regiões do país há importante diferença entre a saúde sexual e reprodutiva dos integrantes do estudo da PeNSE. Evidenciando-se uma maior porcentagem de adolescentes que já tiveram relação sexual na região Norte, sendo 47,8% para o sexo masculino e 30,9% para o feminino; maior percentual total de escolares com idade de 13 a 17 anos cuja primeira relação sexual foi aos 13 anos ou menos na Região Norte (17,38%) e menor percentual na Região Nordeste (12,23%), sendo pública, na maioria dos casos, a dependência administrativa das escolas e localizadas nas regiões Norte e Sul.

Pinheiro et al. (2019) conduziram um estudo transversal com 234 mulheres entre 12 e 19 anos, no qual a coleta de dados foi a partir da aplicação de um questionário contendo três variáveis: sociodemográficas, obstétricas e comportamentais. Nesse estudo, 108 entrevistadas estavam grávidas, observando-se que 60,2% destas gestações não foram planejadas e o não planejamento aumentou em 2,48 vezes a chance de ocorrer uma gravidez em mulheres menores que 19 anos; 55,6% não faziam uso de métodos contraceptivos; 66,7% tinham baixa escolaridade (≤ 8 anos) e 79,6% tinham baixa renda (≤ 2 salários-mínimos), sendo estes, considerados fatores determinantes de gravidez na adolescência, enquanto que o número de filhos ≤ 2 , o exercício de atividade remunerada e o uso de métodos contraceptivos se apresentaram como fatores protetores importantes para prevenção de gestação. Concluíram que a compreensão desses aspectos, intimamente relacionados ao problema, é imprescindível para a condução de abordagens preventivas.

No estudo de Sehnem et al. (2019), foram entrevistados 9 enfermeiros com o intuito de conhecer a percepção desses profissionais quanto a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes na atenção primária à saúde. Os relatos indicaram “questões biológicas sobre a saúde sexual e reprodutiva na adolescência, como o uso de preservativo, da pílula anticoncepcional e a prevenção de IST e gravidez”, assim como, questões relacionadas à esta abordagem pelo profissional de saúde na atenção primária, a qual depende do estabelecimento de vínculo de confiança e respeito mútuos durante o atendimento, através de diálogo e escuta qualificada, possibilitando uma conduta de aconselhamento mas, também, de orientação quanto a tomada de decisões conscientes, em consonância com as políticas públicas.

Costa et al., elaboraram um estudo seccional com 721 alunos de escolas públicas e privadas da IX Região Administrativa (RA) do município do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados entre setembro de 2016 e fevereiro 2017 utilizando um questionário estruturado de autopreenchimento. A partir dos resultados concluíram que cerca de 1/5 dos entrevistados tiveram relação sexual entre 10 e 14 anos de idade, com maior prevalência em meninos, principalmente entre aqueles que pertencem aos subgrupos inseridos em contextos de maior vulnerabilidade social e estudantes de escolas públicas. Além disso, perceberam que a iniciação sexual precoce em meninas estava relacionada a fatores como menor nível socioeconômico, alunas que tinham apenas um ou nenhum dos pais vivos, entre aquelas cujas mães eram adolescentes ao nascimento das filhas, mau uso de álcool e drogas ilícitas, associados à vitimização de violência física e/ou sexual.

Oliveira et al., conduziram uma pesquisa de corte transversal em uma escola da rede pública no interior do estado de

Sergipe, na qual, a coleta de dados foi realizada entre fevereiro e março de 2017, com o objetivo de caracterizar o conhecimento e a prática acerca da utilização de preservativos por parte de adolescentes do sexo feminino. Os autores aplicaram um questionário para 94 alunas com 36 perguntas divididas em três partes: 1ª) dados de identificação; 2ª) hábitos e relacionamentos pessoais; 3ª) conhecimento sobre o preservativo feminino e masculino. Os resultados evidenciaram que 51,1 % das adolescentes entrevistadas negaram iniciação sexual até o momento da pesquisa, enquanto 48,9 % tinham vida sexual ativa e 40,4 % delas referiram não ter usado nenhum método contraceptivo na sexarca; entre aquelas que usaram, a camisinha (92,8 %) e a contracepção hormonal oral de emergência (7,2 %) foram os mais utilizados. Maior frequência de relações sexuais e uso de preservativos foi observado entre as etilistas sociais e a maior utilização de outros métodos contraceptivos entre as usuárias com renda ≥ 1 salário-mínimo. Embora 92,6% afirmaram que conheciam e 72,3 sabiam a forma de utilizar o preservativo masculino, 62,8% conheciam e tinham visualizado o preservativo feminino, somente 40,4% sabiam a forma correta de usar, constatando-se fragilidade quanto às práticas sexuais seguras.

4. Discussão

A gravidez precoce pode levar a consequências indesejáveis, principalmente para as mães, visto que, são elas que assumem as responsabilidades sobre os filhos e que deverão mudar o estilo de vida desde a concepção, sendo por isso considerada um problema de saúde pública (Cabral et al., 2020; Pretti et al., 2022). Além de estar relacionada a um aumento do risco para o desenvolvimento de várias complicações, a exemplo de depressão e ansiedade, doença hipertensiva específica da gestação, prematuridade, ruptura prematura das membranas, infecções urinárias. (Azevedo, Diniz, Fonseca, Azevedo & Evangelista, 2015).

Observa-se que os principais fatores para ocorrência da gravidez em adolescentes são: início precoce da atividade sexual, baixa escolaridade e desconhecimento dos métodos anticoncepcionais. Simultaneamente, outros fatores que também influenciam são a falta de crença nos métodos contraceptivos e a imaturidade em não acreditar que o sexo sem proteção pode acarretar à gravidez (Diniz, 2010).

Segundo Cabral et al. (2020), o tripé formado pela família, a comunidade e a escola, entidades responsáveis em orientar os adolescentes em suas escolhas sexuais e reprodutivas, apresentam severas limitações no exercício de suas funções.

4.1 Anticoncepção na Adolescência

A Constituição Brasileira, no artigo 226, garante o direito ao planejamento familiar livre de coerção e o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8069 de 13-07-90) dispõe claramente sobre questões importantes no atendimento de adolescentes que requerem métodos contraceptivos, fundamentados nos direitos de privacidade e confidencialidade. A adolescente tem direito à privacidade, ou seja, de ser atendida sozinha, em espaço privado de consulta. Por sua vez, define-se confidencialidade como um acordo entre médico e paciente, onde as informações discutidas durante e depois da consulta não podem ser informadas a seus pais e/ou responsáveis sem a permissão expressa do adolescente. A confidencialidade apoia-se em regras da bioética médica, através de princípios morais de autonomia – artigo 103 do Código de Ética Médica (FEBRASGO, 2017, p.13).

Lasmar (2017) classifica dois tipos de métodos contraceptivos: os reversíveis (comportamentais, de barreira, dispositivos intrauterinos (DIUs), hormonais, de emergência) e os definitivos ou cirúrgicos (esterilização feminina e esterilização masculina). A escolha do método deve ser feita pela usuária e o profissional de saúde avalia conforme as recomendações estabelecidas através dos critérios de elegibilidade da Organização Mundial de Saúde (OMS) -2009.

Os métodos contraceptivos mais utilizados entre os jovens são os preservativos, o coito interrompido e as pílulas combinadas. No entanto, percebeu-se que a incidência de falha está relacionada a uma mal utilização dos mesmos (FEBRASGO, 2017). Além disso, a escolha por métodos poucos eficazes, a exemplo dos comportamentais pode ser

relacionada à falta de acesso e ao desconhecimento, justificando uma taxa de 80% de gestações não planejadas entre as adolescentes. O uso de anticoncepcionais orais indica uma maior taxa de falha entre as jovens pelo fato de esquecerem de tomar o medicamento (Passos et al., 2023).

A recomendação do uso de preservativo (condom) em adolescentes tem sido feita associado a qualquer outro método contraceptivo escolhido, visando a proteção contra as IST/HIV, considerando-se que o uso isolado desse método de barreira relaciona-se à elevada taxa de falha contraceptiva (FEBRASGO, 2018).

O implante subdérmico e o sistema intrauterino de Levonorgestrel (SIU-LNG) são métodos hormonais reversíveis de longa ação (LARC). O primeiro exibe uma boa aceitação entre as adolescentes, tornando-se para a American College of Obstetricians and Gynecologists (ACOG) a escolha de primeira linha, principalmente por serem seguros (Índice de Pearl de 0,03) e apresentarem duração de 03 anos (Passos et al., 2023).

O SIU-LNG e o DIU de cobre, com tempo de uso previsto em 5 e 10 anos, respectivamente, com retorno imediato à fertilidade após a remoção, também foram considerados opção de primeira linha para contracepção em adolescentes, inclusive em nuligestas, pelo AGOG Committee Opinion, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Academy of Pediatrics, sendo classificado com critério de elegibilidade 2 (benefícios superam os riscos) em 2007. Esses métodos anteriormente não eram bem aceitos, devido a informações incorretas que os associavam com gestação ectópica, infecção e infertilidade (FEBRASGO, 2018).

Contracepção de emergência, também conhecida como “pílula do dia seguinte”, constitui-se num método utilizado quando há falha, esquecimento de outra estratégia ou nos casos de estupro. (Passos et al., 2023).

O entendimento sobre anticoncepção pode auxiliar para que as mulheres escolham o método mais adequado ao seu cotidiano e às suas condições socioeconômicas, além de contribuir na utilização correta do método escolhido e sua melhor eficácia. (FEBRASGO, 2017).

5. Conclusão

Considerando-se que a gravidez precoce é um enorme desafio de saúde pública e que causa grande impacto psicológico e socioeconômico, conclui-se que os objetivos do estudo foram alcançados, quanto à observação dos fatores impactantes para uma gravidez na adolescência.

A falta de conhecimento sobre sexualidade, baixo nível socioeconômico, filhas de mulheres que foram mães adolescentes, uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, aconselhamento inadequado, restrições legais, tabus socioculturais e atitudes moralistas quanto à sexualidade estão associados à gravidez precoce, devido às vulnerabilidades relacionadas a essa fase da vida. Identificam-se, ainda, o desconhecimento dos benefícios contraceptivos e extra-contraceptivos dos métodos anticoncepcionais na adolescência e seus mitos.

Portanto, torna-se imprescindível que políticas públicas sejam mais incisivas junto às escolas, às unidades básicas de saúde e à comunidade, ao lado das famílias, quanto a realização de programas e capacitação de profissionais que contribuam para o desenvolvimento de cidadãos sexualmente educados e conscientes. Mas também, tendo em vista da relevância do tema, sugere-se que os futuros estudos sejam elaborados com o intuito diminuir o desconhecimento sobre sexualidade e propagar a utilização de métodos contraceptivos disponíveis no Brasil.

Referências

Assis, T. D. S. C., Martinelli, K. G., Gama, S. G. N. D., & Santos Neto, E. T. D. (2022). Gravidez na adolescência no Brasil: fatores associados à idade materna. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 21, 1055-1064.

- Azevedo, W. F. D., Diniz, M. B., Fonseca, E. S. V. B. D., Azevedo, L. M. R. D., & Evangelista, C. B. (2015). Complicações da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura. *Einstein*, 13, 618-626.
- Cabral, A. L. B., Ribeiro, A. A., Lima, L. R. C., & Machado, L. C. S. (2020). A gravidez na adolescência e seus riscos associados: revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(6), 19647-19650.
- Costa, S. F. D., Moraes, C. L. D., Taquette, S. R., & Marques, E. S. (2022). Vulnerabilidades sociais e iniciação sexual entre 10 e 14 anos em estudantes do município do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 2763-2776.
- Diniz, N. C. (2010). Gravidez na adolescência um desafio social. <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2336.pdf>.
- Duarte, E. S., Pamplona, T. Q., & Rodrigues, A. L. (2018). A gravidez na adolescência e suas consequências biopsicossociais. *DêCiência em FOCO*, 2(1), 45-52.
- Eisenstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolesc. Saúde (Online)*, 6-7.
- Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. (2017). *Anticoncepção para Adolescentes - Série Orientações e recomendações FEBRASGO*. São Paulo, SP: Connexomm. https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/15-ANTICONCEPCAO_PARA_ADOLESCENTES.pdf
- Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. (2020). *Femina - 2º Fórum sobre Aspectos Éticos e Legais no Atendimento de Adolescentes*. <https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/FEMINAZ2.pdf>
- Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. (2018). *Necessidades específicas para o atendimento de pacientes adolescentes- Série Orientações e recomendações FEBRASGO*. São Paulo, SP. <https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/SerieZ-Z5-2018Z-ZAadolescentesZ-ZwebZ1.pdf>
- Ferreira, E. A., Alves, V. H., Pereira, A. V., Rodrigues, D. P., Santos, M. V., & Gabrielloni, M. C. (2019). Sexualidade na percepção de adolescentes estudantes da rede pública de ensino: contribuição para o cuidado. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, 11(5):1208-1212. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1208-1212>
- Figueiredo, E. R. L., Gomes, L. F. G. P., Lobato, J. S., Macedo, J. S., Pinheiro, E., & Campos, A. C. V. (2019). Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: análise do estudo. PeNSE, 2015. *Revista Interdisciplinar*, 12(3), 37-46.
- Lasmar, R. B. (2017). *Tratado de Ginecologia*. Grupo GEN.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2022). *Casos de gravidez na adolescência diminuíram, em média, 18% desde 2019*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/casos-de-gravidez-na-adolescencia-diminuiram-em-media-18-desde-2019>
- Oliveira, A. D. S., Farre, A. G. M. D. C., Santana, I. T. S., Santos, M. P., Felix, P. T. O., & Matos, A. L. P. D. (2022). Comportamento de adolescentes do sexo feminino acerca da utilização de preservativos. *Avances en Enfermería*, 40(2), 228-240.
- Passos, E. P., Martins-Costa, S. H., Magalhães, J. A., Ramos, J. G. L., Oppermann, M. L. R., Wender, M. C. O. (2023). *Rotinas em Ginecologia* (8th ed.). Porto Alegre, RS: Grupo A.
- Pinheiro, Y. T., Pereira, N. H., & Freitas, G. D. D. M. (2019). Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, 27, 363-367.
- Pretti, H., da Rocha, D. P. M., dos Santos, T. C., de Almeida Carvalho, T. P., da Silva, L. M. A., Duarte, I. A., ... & da Silva, M. C. P. (2022). Fatores de risco da gravidez na adolescência e os aspectos que a influenciam. *Research, Society and Development*, 11(5), e38011528230-e38011528230.
- Ribeiro, M. C. C., & Alves, R. N. (2022). Gravidez na adolescência: um olhar sob a ótica psicossocial. *Research, Society and Development*, 11(11), e29111133281-e29111133281.
- Sehnm, G. D., Crespo, B. T. T., Lipinski, J. M., Ribeiro, A. C., Wilhelm, L. A., & Arboit, J. (2019). Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem. *Avances en Enfermería*, 37(3), 343-352.
- Sousa, L. M. M., Marques-Vieira, C. M. A., Severino, S. S. P., & Antunes, A. V. (2017). *A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem*. N°21 Série 2-Novembro 2017, 17.
- Taborda, J. A., Silva, F. C. D., Ulbricht, L., & Neves, E. B. (2014). Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. *Cadernos Saúde Coletiva*, 22, 16-24.